

CORONELISMO: INTERPRETAÇÕES CONTROVERSAS*

Cícero José Alves Soares Neto**

"... eu também vos pergunto: ONDE e EM QUE tempo houve liberdade de voto aqui no Estado".

Lauro Sertanejo

A VERDADE, Flores, 6 de abril de 1913, p. 1

1 – A QUESTÃO TEÓRICA

Nas Ciências Sociais, a participação política do homem do campo na disputa eleitoral é interpretada divergentemente por alguns trabalhos antropológicos e políticos¹. Não se deve, porém, restringir os estudos sobre esta questão teórica apenas a estas duas abordagens, pois existem outros traba-

lhos que, apesar de não se filiarem a tais interpretações, também se posicionaram sobre a entrada do trabalhador rural na luta eleitoral².

As análises abordam as relações entre atores de diferentes classes sociais. Tais interpretações visualizam a entrada do trabalhador rural no campo político em dois níveis: o micro e o macro. O primeiro se detém nas relações

* Em parte, constitui o 1º capítulo da dissertação de mestrado o "Seridó e os votos de porteira batida: um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte", IFCH/Unicamp, 1984, mimeo., p. 2-8.

** Prof. do Departamento de Filosofia/UFU

1. Eric WOLF, "Peasants and political mobilizations: introduction". *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, 17(4):385-88, out. 1975. George M. FOSTER, "Peasant society and the image of limited good". *American Anthropologist*. Washington, 67:293-315, 1965. A. WEINGROD, "Patrons, patronage and political parties". *Comparative Studies in Society and History*. Michigan, X(4):377-400, jul. 1968. POWELL, John Duncan. "Peasant society and clientelism politics". *The American Political Science Review*. Washington, 64:411-25, 1970. R. SANDBROOK, "Patrons, clients and factions: new dimensions of conflict analysis in Africa". *Canadian Journal of Political Science*. Toronto, V(1):104-119, mar-1972.
2. Hamza ALAVI, "Revolução no Campo." IN: MILIBAND, R. e SAVILLE, J. *Problemas e Perspectivas do Socialismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 299-351. Hamza ALAVI e Eric HOBBSBAWM "Las clases campesinas y las lealdades primordiales" IN: ALAVI, H. *Las clases campesinas y las lealdades primordiales*. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 47-125. Hamza ALAVI e Eric HOBBSBAWM *Los campesinos y la política*. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 5-45.

entre os indivíduos e os grupos sociais na comunidade e o segundo na relação da comunidade com a nação. Aquele se prende ao tipo de relação social e este se refere aos traços da organização do Estado naquela dada realidade. Assim, na micro-análise, detectam-se as relações que ocorrem entre os atores de diferentes posições sociais e identificam-se os mecanismos usados para a dominação e controle interno – comunitário –. Na macro-análise, busca-se detectar a articulação daquela dada realidade com o sistema de dominação, conforme a organização do Estado.

As interpretações acerca da manifestação camponesa na esfera política, mais particularmente na eleitoral, valem-se de dois instrumentos de análise para a compreensão da entrada do eleitor rural na disputa eleitoral: a relação vertical e a horizontal. Aquela correndo basicamente entre pessoas de nível inferior e de nível superior, isto é, entre atores de classes diferentes. Esta se sucedendo entre os pares, os semelhantes, ou seja, na própria classe.

Teoricamente, nas análises antropológicas, concebe-se uma troca de bens e serviços entre os atores desiguais. Ocorre, pois, uma interdependência entre os participantes dessa troca de benefícios. Sob uma visão da análise política, existe uma lealdade da classe inferior à superior como expres-

são da dominação daquela classe por esta e da dependência da primeira com relação à segunda. Nesta ótica, a relação vertical, por um lado, cria um enfraquecimento horizontal na própria classe inferior que se reflete no "apoio" (lealdade) à classe superior e, pelo outro, fortalece a classe superior, pela submissão da classe inferior.

2 – O CASO BRASILEIRO

No Brasil, a interpretação do comportamento eleitoral da população rural votante também se filia a tal controvérsia. Contudo, esta polêmica se refere a um fenômeno histórico: o coronelismo. Portanto, concretamente, através deste movimento histórico brasileiro, o coronelismo, pode-se chegar à questão: o que constitui o fundamental e determinante no comportamento eleitoral do homem do campo, numa certa época e numa determinada realidade?

O que se entende por coronelismo na bibliografia sociológica?

De um modo geral, o coronelismo é entendido como "o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados"³. Caracteriza-se, pois, "pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os

3. Maria de Lourdes Janotti, *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 7.

votos do eleitorado, constituindo os "currais eleitorais" e produzindo o chamado "voto de cabresto"⁴, sendo, portanto, "um conjunto de práticas político-eleitorais"⁵, onde "o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua"⁶.

E quais são as explicações das sobre o comportamento eleitoral do homem rural brasileiro?

Maria Isaura Pereira de Queiroz, expoente de uma corrente interpretativa, afirma que "anteriormente à República, votavam apenas os cidadãos de certas posses, de acordo com a última lei eleitoral do Império, o eleitor precisava justificar uma renda anual mínima de 200\$000 – quantia elevada na época. O voto destes cidadãos constituía, pois, um bem cujo valor era conhecido, e que lhes permitia 'barganhá-lo' contra favores e benefícios. Uma vez estendido o voto à maioria dos cidadãos na República, com exceção dos analfabetos, o modelo persistiu, tanto entre os chefes políticos maiores e os chefes políticos menores a eles subordinados, estes detentores às vezes de uma centena de votos; quanto entre estes chefes po-

líticos menores e os próprios eleitores. Era 'normal', no período das eleições, saírem os chefes políticos e seus cabos eleitorais em 'tournées' pelo interior, carregados de presentes para seus eleitores e família – carregados também de promessas, sendo que não raro, num envelope, juntamente com a cédula de voto, havia outras de mil réis. . ."⁷. Conforme esta visão, existe uma reciprocidade de favores e benefícios, prestação e contraprestação entre o chefe político local, o coronel, e o homem votante, o eleitor rural. Ou seja, instala-se uma interdependência entre estes dois participantes da relação. Portanto, "o voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca"⁸ e, aí, ocorre "uma verdadeira 'compra' de voto, assim como o poder de barganha de quem possui o voto"⁹. E a eleição se configura como "o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo"¹⁰.

Uma outra interpretação entende que na estrutura agrária brasileira está a chave da compreensão do fenômeno do coronelismo. Quando se leva em

4. José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 46.

5. Décio A. M. Saes. "Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação". *Estudios Rurales Latinoamericanos*. Bogotá, 1(3), 1978, p. 74.

6. José de Souza Martins, *op. cit.*, p. 46.

7. Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 173.

8. *Ibid.*, p. 168.

9. *Ibid.*, p. 173.

10. *Ibid.*, p. 168.

conta a estrutura agrária brasileira, deve-se "atribuí-lo à hegemonia social do dono de terras"¹¹. Porém, concebe-se "essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de votos de cabresto"¹². Não se chega, contudo, a estender "essa hegemonia em relação a todo o município"¹³. No estudo pioneiro de Victor Nunes Leal, lançavam-se as linhas mestras de uma análise que percebe – interpreta – essa relação entre "dono de terras" (proprietário) e o trabalhador rural (parceiro) como "a condição fundamental para a cristalização do coronelismo"¹⁴. Segundo este enfoque, o voto exprime, para o parceiro do proprietário da terra, a fidelidade ou lealdade para com o proprietário. Ou seja, a participação eleitoral do parceiro manifesta-se em apoio político a quem lhe cede a terra para trabalhar.

Percebe-se, por conseguinte, a divergência, na bibliografia sociológica, sobre a natureza do voto "dado" ao coronel. Tal controvérsia emerge na colocação de Raimundo Faoro: "não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente

equivalentes"¹⁵. Ou seja, a tese de que "o voto adquire importância como valor de troca"¹⁶ (interpretação desenvolvida por Maria Isaura Pereira de Queiroz) é refutada por R. Faoro.

O problema que se pretende investigar fica assim mais claro: o voto, no Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no período da primeira República, de 1889 a 1930, é um objeto de troca? Com outras palavras: o eleitor seridoense dá o seu voto ao chefe político local – o coronel – em troca de algo? É possível ao eleitor barganhar algum benefício em troca do voto? Ou, ao contrário, é o voto expressão de algum benefício material obtido?

Objetiva-se, pois, investigar o que prende o eleitor seridoense ao chefe político local, isto é, visa-se identificar o que está subjacente ao "voto de *porteira batida*" (nome que tomava o voto de cabresto no Seridó), detectar o que está sendo determinante na participação política do eleitor rural seridoense no período de 1889 a 1930, ou seja, como se dá a entrada do seridoense na luta eleitoral.

11. Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil*. 4 ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 53.

12. *Ibid.*, p. 53.

13. *Ibid.*, p. 53.

14. Décio A. M. Saes, *op. cit.*, p. 76.

15. Raimundo Faoro. *Os donos do poder – formação do patronato político Brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre, Globo, 1979, p. 634.

16. Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 175.

BIBLIOGRAFIA

- ALAVI, Hamza. "Revolução no campo". IN: MILIBAND, R. e SAVILLE, J. **Problemas e perspectivas do socialismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 299-351.
- "Las clases campesinas y las lealdades primordiales". IN: ALAVI, H. **Las clases campesinas y las lealdades primordiales**. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 47-125.
- ARCHETTI, E. e AASS, S. "Una visión general de los estudios sobre el campesinato". **Revista Paraguaya de Sociología**. Assunção, (38): 53-79, jan/abr 1977.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República:1889-1930**. 3 ed., São Paulo, Difel, 1970. 399 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. 3 ed. São Paulo, Difel, 1975. 431 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- A República Velha: Evolução Política (1889-1930)**. 3 ed. São Paulo, Difel, 1977. 508 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- DANTAS, José Ibaré C. **As transformações do coronelismo no Brasil**. Aracaju, inédito, 1982. 31 p. (mimeog).
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5 ed., Porto Alegre, Globo, 1979. 750 p.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1976. 235 p.
- HOBSBAWM, Eric. "Los campesinos y la política". IN: HOBSBAWM, Eric. **Los campesinos y la política**. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 5-45.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo, Brasiliense, 1981. 89 p. (Tudo é História, 13).
- KAUFMAN, R. "The patron-client concept and macro-politics: prospects and problems. **Comparative Studies in Society and History**. Cambridge, 16(3):284-308, jun 1974.

- KAY, Cristóbal. "Transformaciones de las relaciones de dominación y dependencia entre terratenientes y campesinos en Chile". **Revista Mexicana de Sociología**. Poder y Dominación en América Latina. México, XLII(2):751-797, abr/jun 1980.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o regime representativo no Brasil**. 4 ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. 276 p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, Série 1, Política, v.2).
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.
- MARX, K. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 136 p. (Pensamento Crítico, v. 3).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. 230 p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, Série 1^o, v. 5).
- SAES, Décio A. M. "Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação". **Estudios rurales latinoamericanos**. Bogotá, 1 (3): 68-93, set-dez 1978.
- SINGER, Paul. "A política das classes dominantes". IN: IANNI, Octávio et alii. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 71-78.
- SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difel, 1973. 237 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- SOUZA, Maria do Carmo de. "O processo político-partidário na Primeira República." IN: MOTA, Carlos G. **Brasil em perspectiva**. 11 ed., São Paulo, Difel, 1980. p. 162-226. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- TELAROLLI, Rodolfo. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo, Brasiliense, 1982. 99 p. (Tudo é História, 56).
- WOLF, E. e HANSEN, E. "Caudillo politics: a structural analysis." **Comparative Studies in Society and History**. Michigan, IX(2):168-179, jan 1967.